

-----**ACTA N.º 3/2007**-----

-----Aos sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador António Graça Silva, por motivos de ordem profissional, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** pretendeu ser esclarecido sobre o facto de um ex-funcionário da EMCEL ter solicitado, há aproximadamente 10 meses, por escrito, um certificado de trabalho, que ateste o tempo e

funções que exerceu nessa empresa, sem ter recebido qualquer resposta até ao dia de hoje. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que não tinha conhecimento dessa situação, mas que mandaria averiguar. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CELORICO DA BEIRA;** -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO;**-----

-----**Requerente: Paulo Alexandre Baltazar Caetano;** -----

-----**RECUPERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS;**-----

-----**Requerente: Associação Lageosense Solidariedade Social;**-----

-----**RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 23/08/2006;**-----

-----**PAGAMENTO DA TAXA DE PUBLICIDADE – PEDIDO DE ISENÇÃO;**-----

-----**Requerente: Manuel Rodrigues Gouveia, S.A;**-----

-----**PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE UNS ARRUMOS PARA QUEIJARIA;**-----

-----**Requerente: José Manuel Belo Plácido;**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES;**-----

-----**SUSPENSÃO DE FUNÇÕES – ENG.º ANTÓNIO CAETANO.**-----

-----**I – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZASSETE DE JANEIRO DE DOIS MIL SETE**-----

-----Foi presente a acta número dois, da reunião ordinária do Executivo de dezassete de Janeiro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----**Absteve-se o Senhor Presidente da Câmara por não ter estado presente na referida reunião.**-----

-----**II – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – JUNTA REGIONAL DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO/80 ANOS DE ESCUTISMO**-----

-----Foi presente ofício número 8/07, datado de quinze de Janeiro do corrente ano, em nome do Corpo Nacional de Escutas, Junta Regional da Guarda, solicitando um auxílio monetário para concretizar todos os eventos que pretendem levar a efeito durante o ano de 2007.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 50€ (cinquenta euros), à Associação Nacional de Escutas, Junta Regional da Guarda.**-----

-----**III – DIVISÃO DO AMBIENTE E OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Carlos Alberto Vitorino**-----

-----Foi presente o requerimento n.º 34, datado de onze de Janeiro de dois mil e sete, em nome de Carlos Alberto Vitorino, pretendendo o requerente que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Quinta do Cedro, freguesia de São Pedro, inscrito sob o artigo matricial número novecentos e dois, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data

da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do artigo 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitida pelo Serviço de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em mil novecentos e oitenta e dois, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de mil novecentos e oitenta e um.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere terá sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: RESENHA HISTÓRICA/LICENCIAMENTO DO
LOTEAMENTO**-----

-----**Requerente: José Augusto Pereira de Espírito Santo**-----

-----Foi presente informação técnica da Divisão do Ambiente e Obras Particulares, datada de vinte e cinco de Janeiro do corrente ano, que se apensa a esta acta (**anexo I**), com o seguinte teor: -----

-----“Na sequência da reunião realizada no dia 25 de Janeiro de 2007, no Gabinete do Sr. Vice - Presidente, com a presença dos seguintes elementos: -----

-----Dr. José Luís Cabral; -----

-----Eng.^a Cristina Martins;-----

-----Eng.^a Gracinda Pinto;-----

-----Dr.^a Maria do Céu;-----

-----Eng.^a Herminia Paixão; -----

-----Promotor do Loteamento. -----

-----Resultante da resenha Histórica/Licenciamento do Loteamento “Quinta das Ingotas” elaborada em conjunto com a Maria do Céu Louro e Gracinda Pinto em 6-11-2006, no respeitante à questão da construção da fossa séptica, referida no ponto 4 da deliberação aprovada em reunião do executivo de 4 de Junho de 2003, ficou decidido que a Eng.^a Herminia Paixão iria elaborar uma informação, não apenas sobre a viabilidade/possibilidade de o promotor poder proceder à ligação da rede de esgotos provenientes do loteamento ao colector público, como também sobre a viabilidade/possibilidade da rede de abastecimento pública ter capacidade para o abastecimento de água dos lotes que compõem o referido loteamento.” -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez uma síntese do histórico do Loteamento e leu uma carta enviada por um dos moradores, que se apensa a esta acta (**anexo II**), onde relata as condições de vida e o estado de degradação daquela urbanização, apelando uma vez mais para uma solução.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara também é de opinião que esta situação é insustentável, que os moradores não têm as mínimas condições de habitabilidade, arrastando-se a resolução deste problema há vários anos, sem se vislumbrar uma solução definitiva.-----

-----Considera que a hipótese levantada na reunião tida com o promotor do Loteamento e os técnico da autarquia poderá ser levada em conta, uma vez que, no âmbito do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa está previsto a construção de várias ETAR's no concelho de Celorico da Beira.-----

-----Disse que uma vez que as habitações existentes já estão ligadas ao sistema de abastecimento de água e à rede de esgotos existentes, não vê qualquer inconveniente que o promotor execute os projectos de rede de

colectores e rede de distribuição de água de acordo com os projectos apresentados, devendo ter em consideração que deverá ligar a rede de águas ao reservatório existente. -----

-----Referiu ainda, que deve ser dado um prazo para a execução das infra-estruturas e que deve ser autorizado o promotor do Loteamento a executar as obras de urbanização.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse entender que é um dever do promotor do loteamento resolver toda esta situação, também ele na qualidade de Vereador quer ver este problema resolvido. É um processo que corre já há vários anos e está imbuído de uma série de irregularidades, acrescentou ainda, que a Câmara Municipal está a promover algumas resoluções que deveriam ser da responsabilidade do promotor do loteamento. -----

-----Questionou ainda, quais as contrapartidas para a Câmara Municipal ao solucionar este problema. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções e dois votos a favor, conforme proposto na informação técnica datada de 6/11/06 dar continuidade à deliberação tomada em 4/06/03, mas com as seguintes alterações:**-----

-----**Um – Inalterado;**-----

-----**Dois – Fixar em 6 meses o prazo de execução das obras de urbanização;**-----

-----**Três - Manter a caução no mesmo valor;**-----

-----**Quatro – A rede de abastecimento de água e a rede de esgotos serão ligadas às respectivas redes públicas existentes no local, de acordo com os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara e a informação técnica de 2/02/07.**-----

-----**Abstiveram-se os Senhores Vereadores Hélder Bruno da Fonseca Gomes e Rui Jorge Pinto Correia.**-----

-----**Votaram a favor o Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral e o Senhor Presidente da Câmara.** -----

-----Pelo Senhor **Vereador Rui Jorge Pinto Correia** foi feita seguinte declaração de voto:-----

-----“Dado que o processo em causa é demasiado complexo desde o início e o mesmo ao que julgo saber apresentar várias irregularidades, pelas quais sucessivamente foi adiado o seu aprovação e porque a resenha histórica aludida nesta informação técnica, não ser do conhecimento dos Vereadores eleitos do PSD, entendemos abstermo-nos tendo em consideração a situação caótica dos residentes deste loteamento, relativamente a infra-estruturas e até com um certo perigo para os residentes deste Loteamento.” -----

-----De seguida, pelo Senhor **Vereador José Luís Saúde Cabral**, foi também feita a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto a favor, uma vez que a Câmara Municipal existe para solucionar os problemas dos seus Municípios, e como estamos perante um problema que se arrasta há vários anos chegou a altura de se pôr um ponto final nesta situação. -----

-----De facto, compete ao promotor do loteamento dar uma resposta eficaz a toda esta problemática. No entanto não o fez, sendo que, a responsabilidade de toda a situação para além do mesmo é também dos Executivos anteriores, uma vez que licenciaram o respectivo loteamento. ---

-----Poderíamos continuar com esta situação e certamente este problema arrastar-se-ia por mais alguns anos. Entendo que não deve ser assim, porque em pleno Séc. XXI as pessoas devem ter condições mínimas para viverem, situação que não se verifica. De facto, há ligações eléctricas provisórias, apresentando perigo para as pessoas e mais concretamente para as crianças, com fios descarnados por exemplo, há buracos em plena via, não permitindo uma boa circulação quer de

automóveis, quer das próprias pessoas, enfim, um conjunto de situações, que não são toleráveis no tempo em que vivemos (conforme ofício enviado pelos moradores).-----

-----Neste momento a situação que se coloca é relativamente à construção, no próprio loteamento, duma fossa, uma vez que a existente não tem capacidade para receber os efluentes. Não sendo possível a construção da mesma, por parte do promotor, dever-se-á ter em conta o facto das Águas do Zêzere e Côa terem previsto a construção duma ETAR no Fornotelheiro, sendo que, e após consulta aos Serviços de Água e Saneamento desta Câmara, poderia haver ligação do loteamento à tubagem que irá fazer ligação à referida ETAR, solucionando assim este problema. -----

-----Refira-se ainda que após reunião com o promotor, com o Gabinete de Águas e Saneamento e Gabinete Jurídico, aquele comprometeu-se a iniciar os trabalhos o mais rápido possível atendendo à solução apresentada, sendo que, deverão os referidos Gabinetes constituir processo respectivo salvaguardando sempre a posição do Executivo Municipal. -----

-----Penso que a atitude deste Executivo, mais concretamente o Executivo do Partido Socialista é uma atitude de louvar, uma vez que, como lhe compete, está a pensar no bem estar dos Municípes, tentando solucionar um problema que foi criado por Executivos anteriores. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse subscrever tudo o que foi dito pelo Senhor Vereador José Luís Cabral e que toda esta situação foi criada pelos Executivos anteriores. -----

-----**IV – GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: APOIO FINANCEIRO**-----

-----**Requerente: Liga Nacional Criança Esperança “Renascer”** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e dois de Janeiro do corrente ano, referindo que na sequência do fax recebido no dia 6 de Dezembro de 2005, da Liga Nacional Criança Esperança “Renascer”, vêm informar que se trata de uma IPSS sediada em Matosinhos, que tem como objectivo o combate à fome, à pobreza, auxílio a famílias carenciadas, acolhimento de crianças desprotegidas e mal tratadas, mães solteiras e abandonadas, à terceira idade e aos sem abrigo, não esquecendo os atingidos por catástrofes. Esta entidade solicita um apoio financeiro para a aquisição de uma cadeira de rodas, uma pedaleira (exercícios activos/passivos para os membros inferiores e superiores), assim como um colchão anti-escaras para cadeira de rodas de um utente de deficiência, tendo este equipamento tem um custo total de 1.145,62€. ----

-----**Atendendo às dificuldades financeiras da Autarquia, a Câmara, embora sensibilizada para com a causa, deliberou por unanimidade, não contribuir, esperando que num futuro o possa fazer.** -----

-----**ASSUNTO: BOLSAS DE ESTUDO/ANO LECTIVO 2006/2007**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de trinta e um de Janeiro de dois mil e sete, referindo que após a abertura do concurso para a concessão de Bolsas de Estudo através do Aviso n.º 113/2006, de treze de Novembro de dois mil e seis, deram entrada na Câmara Municipal onze processos de candidatura. -----

-----**Após análise das candidaturas apresentadas, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir as bolsas de estudo para o ano lectivo 2006/2007, aos alunos Ana Luísa Martins Ferreira, Carlos André Salgado Carvalho e Vanessa Alexandra Lopes da Silva, com base no artigo 11º do Regulamento para concessão de Bolsas de Estudo.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PASSE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e seis de Janeiro do corrente ano, referindo que a Senhora Maria Teresa Loureiro Almeida no dia 24 de Agosto de 2006 se dirigiu ao Gabinete de Acção Social, a fim de solicitar transporte escolar (da Quinta da Pereira Minhocal para a EB 2,3 de Celorico da Beira) para a sua educanda Ana Maria Almeida Costa. Foi comunicado à mesma, que para o ano lectivo 2006/2007 a Autarquia não poderia garantir esse transporte, visto que houve o encerramento de Escolas de 1º Ciclo e iriam ter inicio as Actividades de Enriquecimento Curricular, tendo a Autarquia que assegurar esses transportes. -----

-----Face a esta situação foi atempadamente estabelecido, pela Autarquia um contacto com a Associação Social Desportiva, Recreativa, Cultural do Minhocal de modo a assegurar o Transporte da aluna para a paragem do autocarro do Minhocal a 4 quilómetros, havendo necessidade de requerer passe escolar. -----

-----Contudo, a Senhora Maria Teresa dirigiu-se novamente ao Gabinete de Acção Social a fim de solicitar apoio para a aquisição do passe escolar da filha, de modo a que esta possa continuar a frequentar o ensino. A Senhora Maria Teresa não teve possibilidades financeiras de adquirir a senha do mês de Novembro e Dezembro de 2006 (custo total das senhas 34,80€) e actualmente encontra-se com dificuldades financeiras na aquisição das senhas mensais para o restante período lectivo. -----

-----Assim, a Senhora Maria Teresa solicita apoio para o pagamento da senha dos meses em atraso, bem como, de apoio para a aquisição das restantes senhas durante o período lectivo (de Março a Junho). -----

-----Na análise do processo relativamente à educanda Ana Maria Almeida Costa, verificou-se que não existe enquadramento no regulamento de Acção Social Escolar, visto que, não se encontra prevista a situação em que os estudantes já tenham atingido o limite de idade para a frequência do ensino obrigatório. -----

-----No entanto, para análise do processo o Gabinete de Acção Social tendo por referência os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, em vigor, ao escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor, o Gabinete de Acção Social verificou o enquadramento do pedido no respectivo escalão.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de Passe Escolar a aluna Ana Maria Almeida Costa, do escalão A, a partir do mês de Março.**-----

-----**Mais deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento das senhas, os meses em atraso.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: REVISÃO ANUAL DO PAGAMENTO DE ÁGUA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de trinta e um de Janeiro do corrente ano, dando conhecimento que o Gabinete de Acção Social procedeu à revisão anual de todas as isenções do pagamento de água, de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, Capítulo VII, artigo 46º.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE TRANSPORTE ESCOLAR**-----

-----Submetem-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do número três do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei número cinco – A, dois mil e dois de onze de Janeiro, os Protocolos entre o Município de Celorico da Beira, a Associação Social Desportiva, Recreativa, Cultural do Minhocal, a Associação de Melhoramentos, Cultural, Recreativa e Desportiva da Velosa, a Associação Solidariedade

do Cadafaz, a Associação Social de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores e a Junta de Freguesia de Linhares da Beira, que ficam apensos a esta acta (**anexo III**), por forma a garantir o transporte dos alunos para as respectivas Escolas de Acolhimento tendo sido adoptado como modelo de financiamento, 0,50€ por quilómetro realizado. Os pagamentos às respectivas IPSS será efectuado mediante a apresentação mensal do mapa respectivo da quilometragem efectuada. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as assinaturas dos Protocolos entre o Município de Celorico da Beira, a Associação Social Desportiva, Recreativa, Cultural do Minhocal, a Associação de Melhoramentos, Cultural, Recreativa e Desportiva da Velosa, a Associação Solidariedade do Cadafaz, a Associação Social de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores e a Junta de Freguesia de Linhares da Beira.** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE CASA DE BANHO**-----

-----**Requerente: Maria Francisca Afonso Silva** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de dois de Fevereiro de dois mil e sete, referindo que a Senhora Maria Francisca Afonso Silva, de etnia cigana, moradora na Rua do Picoto, solicitou ajuda na construção de uma casa de banho, por não dispor quaisquer condições sanitárias.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão da requerente.** -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que irão diligenciar na tentativa de encontrar uma solução que solucione esta situação e todas as outras de igual teor. -----

-----**V – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO**-----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO SOBRE O ENCERRAMENTO DO SAP DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente ofício número 1097, datado de dezoito de Janeiro de dois mil e sete, em nome da Administração Regional de Saúde do Centro, agradecendo o envio da Moção sobre o encerramento do SAP de Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VI – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO DE TÁXIS NAS ALDEIAS DO CONCELHO** -----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 50/2007, datada de vinte e dois de Janeiro do corrente ano, referindo que após reunião com o representante dos Taxistas do Concelho de Celorico da Beira, delegado e subdelegado da Federação Portuguesa de Táxi e respectivos profissionais do sector, foi solicitado pela Autarquia um estudo para marcação de lugares de estacionamento de táxis, em cada aldeia.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a marcação de lugares de estacionamento de táxis nas aldeias do Concelho com Praça, bem como, aprovar a colocação de 10 sinais H1a + 10 painéis adicionais modelo 10, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.**-----

-----**VII – GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: PROMOVER DELIBERAÇÃO PARA RECTIFICAÇÃO À ÁREA CEDIDA AO DOMÍNIO PÚBLICO NO LOTEAMENTO N.º 3/94 DE 20/12/94**-----

-----Foi presente informação número 13/2007 do Gabinete Jurídico, datada de trinta e um de Janeiro do corrente ano, referindo que a fim de proceder à rectificação da área cedida ao domínio público no Loteamento n.º 3/94 de 20/12/94, deve deliberar-se no sentido de constar que à Câmara Municipal, foram apenas cedidos 18.186 m² e não 27.618 m², como consta da certidão do Registo predial de Celorico da Beira com o n.º 00168/950509.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, rectificar a área cedida ao domínio público no Loteamento n.º 3/94 de 20/12/94, em que à Câmara Municipal foram apenas cedidos 18.186 m².**-----

-----**ASSUNTO: RECOMENDAÇÃO N.º 7/A/2006**-----

-----Foi presente informação número 213/2006 do Gabinete Jurídico, datada de seis de Dezembro de dois mil e seis, referindo que o Senhor Provedor de Justiça recomenda que o Município de Celorico da Beira deve restituir aos proprietários do lugar dos Mortórios, freguesia de Linhares da Beira, o quinhão destes na execução da obra de melhoramento, por não ser lícito ao Município condicionar o acesso de terceiros à rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão.-----

-----Entende o mesmo que, as partes envolvidas estavam vinculadas a agir de boa fé, o que não pode deixar de compreender os deveres acessórios próprios da formação dos negócios jurídicos e cuja a preterição determina uma situação de responsabilidade civil pré-contratual, na vertente de “culpa in contrahendo”.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** referiu que o Senhor Provedor de Justiça recomenda com insistência que a Câmara Municipal restitua aos proprietários do Lugar dos Mortórios, o quinhão destes na execução da referida obra.-----

-----O **Técnico Responsável** pelo processo de electrificação de energia eléctrica em baixa tensão no Lugar dos Mortórios, Eng.º Luís Gomes, esclareceu que havia uma tentativa de electrificar aquela zona há mais de dez anos, que reuniu com o Director da PNSE e da EDP, onde foi decidido elaborar um projecto o qual foi aprovado. -----

-----Seguidamente, marcou uma reunião na Junta de Freguesia de Linhares da Beira, onde compareceram catorze interessados, os quais se comprometeram a pagar o custo da obra. -----

-----Posteriormente marcou uma nova reunião na qual compareceram apenas cinco interessados e na qual ficou acordado que caso os restantes interessados quisessem aceder à rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão teriam que comparticipar nos custos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Câmara Municipal não pode condicionar o abastecimento eléctrico a futuros interessados. -----

-----Sugeriu que o Técnico Responsável, Eng.º Luís Gomes, junto dos cinco interessados recolha declaração escrita, como os mesmos concordaram com o pagamento total da obra. -----

-----Deverá ainda, anexar um ofício, em como os restantes interessados inicialmente se comprometeram a pagar o quinhão deles na referida obra. Esta informação deverá ser remetida ao Senhor Provedor de Justiça. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que o Técnico Responsável pelo processo de electrificação de energia eléctrica em baixa tensão no Lugar dos Mortórios, Eng.º Luís Gomes, contactasse com os cinco interessados a fim de obter declaração escrita, em como os mesmos concordaram com o pagamento total da obra. -----**

-----**Mais deliberou, por unanimidade, que o Técnico Responsável anexasse um ofício assinado pelos restantes interessados, onde declarem que inicialmente se comprometiam a pagar o quinhão deles**

na execução da obra, o qual deverá ser remetido ao Senhor Provedor de Justiça. -----

-----**VIII – SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO DE 577 000€**-----

-----Em cumprimento da deliberação do Órgão Executivo de dezassete de Janeiro de dois mil e sete, foram efectuados convites para apresentação de propostas para contratação do empréstimo supramencionado, sendo presentes relatório de análise e propostas, que ficam a fazer parte integrante desta acta (**anexo IV**), referentes ao empréstimo a contrair de curto prazo no valor de 577 000€ (quinhentos e setenta e sete mil euros). -

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar o referido empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, SA, taxa de juro indexada à “Euribor a seis meses”, acrescida do “spread” 0.07% com pagamento de juros postecipados, em prestações mensais.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do Relatório de Avaliação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Celorico da Beira, referente ao ano 2006 e que se apensa a esta acta (**anexo V**), para posteriormente ser submetido à Assembleia Municipal.-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Paulo Alexandre Baltazar Caetano**-----

-----Foi presente o requerimento n.º 85, datado de vinte e seis de Janeiro de dois mil e sete, em nome de Paulo Alexandre Baltazar Caetano,

pretendendo o requerente que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Quinta da Romalha, freguesia de Fornotelheiro, inscrito sob o artigo matricial número seiscentos e quarenta e cinco, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do artigo 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi executado antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitida pelo Serviço de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita no ano de mil novecentos e oitenta e dois, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere foi executado antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**RECUPERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: Associação Lageosense Solidariedade Social**-----

-----Foi presente o requerimento n.º 35, datado de onze de Janeiro de dois mil e sete, em nome da Associação Lageosense Solidariedade Social, pretendendo a requerente isenção de taxas, referente à recuperação de um edifício, sito na rua do Freixo, Freguesia de Lageosa do Mondego, os serviços informam que as mesmas estão previstas na alínea a) do ponto 4

do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção e três votos a favor, isentar do pagamento de taxas a Associação Lageosense Solidariedade Social.** -----

-----**Absteve-se o Senhor Vereador Hélder Bruno da Fonseca Gomes, por fazer parte da Direcção da referida Associação.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 23/08/2006**-----

-----Foi presente informação número 14/2007 do Gabinete Jurídico, datada de seis de Janeiro de dois mil e sete, referindo que a Câmara Municipal deliberou em 23/08/2006, por unanimidade, libertar a Garantia bancária n.º 319920, passada pelo Banco Espírito Santo no valor de 3.675,55€ referente ao contrato celebrado entre a Câmara Municipal e a empresa JAFR. -----

-----Porém para permitir a abertura de novo concurso, deverá proceder-se à rectificação da deliberação para que da mesma passe a constar que “A Câmara deliberou também por unanimidade abrir novo concurso para a revisão do PDM”.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, rectificar a deliberação da acta da reunião de Câmara de vinte e três de Agosto de dois mil e seis, referente à Garantia Bancária n.º 319920, passada pelo Banco Espírito Santo, passando a ter a seguinte redacção:**-----

-----**“A Câmara deliberou, por unanimidade, libertar a garantia bancária n.º 319920, passada pelo Banco Espírito Santo no valor de 3.675,55€ (três mil, seiscentos e setenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos).**-----

-----**A Câmara deliberou, também por unanimidade, abrir novo concurso para a revisão do PDM**”.-----

-----**PAGAMENTO DA TAXA DE PUBLICIDADE – PEDIDO DE ISENÇÃO**-----

-----**Requerente: Manuel Rodrigues Gouveia, S.A**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 78/2007, datada de seis de Fevereiro do corrente ano, informando que foi recepcionado ofício da firma Manuel Rodrigues Gouveia, S.A, com data de entrada na Autarquia em 01/02/2007, a requerer novamente a isenção do pagamento da taxa do seu painel publicitário, devido a existir entre a Câmara Municipal e a Manuel Rodrigues Gouveia S.A. cooperação na aquisição/venda das habitações sociais. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento da taxa de publicidade a firma Manuel Rodrigues Gouveia, S.A.**-----

-----**PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE UNS ARRUMOS PARA QUEIJARIA**-----

-----**Requerente: José Manuel Belo Plácido**-----

-----Na sequência de um requerimento apresentado pela Senhora Maria João de Castro Ribeiro Plácido, solicitando a execução de um projecto de reconstrução e alteração de uns arrumos para queijaria, sito na Quinta da Massa, freguesia de Lageosa do Mondego, foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de trinta e um de Janeiro do corrente ano, referindo que segundo os critérios de avaliação de situações de carência, do regulamento para Situações de Carência, artigo n.º 3, este agregado não apresenta uma situação de carência económica, visto que, a capitação média mensal do agregado familiar é de 423,17€, sendo este rendimento superior ao salário mínimo nacional em vigor. -----

-----**Após análise da informação do Gabinete de Acção Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.**-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número dois, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo VI)**.-----

-----**SUSPENSÃO DE FUNÇÕES – ENG.º ANTÓNIO CAETANO**-----

-----Foi presente uma carta do Senhor Vereador António José Marques Caetano datada de doze de Janeiro de dois mil e sete, na qual era solicitada, após um ano de suspensão, nova suspensão de funções por mais 365 dias, atendendo às dificuldades em conciliar a actividade profissional com a actividade de Vereador da Câmara Municipal de Celorico da Beira e que se apensa a esta acta **(anexo VII)**.-----

-----Nessa sequência foi presente informação do Serviço de Actas/Gabinete Jurídico, referindo que relativamente ao requerimento de suspensão apresentado, informam que não pode esta ser deferida novamente, por igual período, por nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 77, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, *“a suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retornar funções”*. Não tendo sido recepcionado, nesta Edilidade, até 18/01/2007, qualquer requerimento a solicitar a retoma de funções, considera-se convertida a suspensão requerida, por ter ultrapassado o período de tempo legalmente permitido, em renúncia de mandato.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e quarenta e cinco minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.